



49 informa da importância e necessidade da participação dos membros da CT-FLOR na construção desse  
50 estudo. Informa que inicialmente serão recuperados 3000 hectares e posteriormente os 37000 ha  
51 restantes. Relata ainda que há uma dificuldade na adesão dos proprietários rurais e que com o tempo  
52 essa adesão melhora, tendo um ganho em escala, pois há um grande esforço em se fazer a mobilização  
53 das propriedades rurais. O Sr. Luciano insere a questão da proporção 65% e 35% entre áreas de APP e  
54 áreas de recarga hídrica e se essa proporção continuará a mesma, conforme deliberação do PSA. Após  
55 isso relata que a porcentagem de área de florestas é muito pequena e lê a conclusão do documento.  
56 Apresenta os mapas e relata que existe uma área considerável de aroeiras e que a grande maioria está  
57 em área de recarga. O Sr. Marcos informa que deve se separar as áreas de aroeira das áreas que se deve  
58 recuperar e o Sr. Felipe Tieppo, representante da Renova, sugere estudar o comportamento das aroeiras,  
59 pois de fato existe grandes áreas com essa vegetação. O Sr. Marcos informou que a questão do  
60 assentamento tem sido bastante discutida e que assentado é produtor rural, informando que o esforço  
61 de mobilização em um assentamento é o mesmo que em uma comunidade bem organizada, informa  
62 ainda que somente cabe à CTFLOAR avisar à Renova de que poderá haver dificuldade nas relações com as  
63 instituições, de forma que a Renova fique ciente do possível risco, não cabendo no futuro apresentar tal  
64 dificuldade como justificativa para atrasos. Outro ponto citado por ele foi de que o edital do PSA está se  
65 encerrando, e todo ano deve-se ter um novo edital de recuperação de áreas com adequações da CTFLOAR.  
66 Informa ainda que deve ser colocado que os assentamentos não podem fugir à regra do P3 e que os PA's  
67 devem ser qualificados. Por fim, informa que o fato de se priorizar terras indígenas e PA não pode excluir  
68 outras áreas. O Sr. Felipe informou que todos os assentamentos e áreas indígenas estão em áreas  
69 prioritárias, relatando que no primeiro momento o objetivo era se ter ganhos de escala na mobilização  
70 das propriedades, havia a preocupação em se reduzir as unidades de mobilização e nos outros 37000 ha  
71 está sendo feita uma parametrização com uma série de regras e critérios para o sistema definir as áreas  
72 prioritárias das áreas prioritárias. O Sr. Marcos relata que deve se iniciar em áreas que se tem alguma  
73 liderança e o Sr. Lucas relata que, caso se utilize o estudo que se tem hoje de áreas prioritárias for possível  
74 acionar as lideranças locais e mobilizar esses locais se ganha frente. O Sr. Marcos informa que deve se ter  
75 o apoio de algum representante da sociedade ou comunidade e a Sra. Mara informa que está acontecendo  
76 isso em Governador Valadares, necessitando estar mais próximo com as lideranças dos municípios pois o  
77 produtor rural tem medo das fiscalizações e está descapitalizado. O Sr. Lucas informou que o CBH Doce  
78 está fazendo um trabalho de relacionamento com a comunidade krenak e eles demonstraram interesse  
79 em restaurar outras áreas de APP. Ele apontou ainda que fará um contato direto com a FUNAI, INCRA e  
80 comunidades rurais que estão em áreas de cabeceira e prioritárias, mas que enquanto o P4 não chega, as  
81 prioridades devem ser estabelecidas, questionando aos membros da CT se pode se continuar com os  
82 trabalhos dessa forma. O Sr. Marcos entende que deve ser estabelecido um critério com base no P3, e  
83 dentro disso entrará os PA's, devendo se ter um critério técnico de áreas no primeiro ano e que, mesmo  
84 atrasado, o edital deve existir todo ano, sugere ainda que em 2019 se abra o edital não para pessoa física,  
85 mas que sejam priorizadas pessoas físicas reunidas em grupos, como consórcios e assentamentos,  
86 objetivando o ganho de escala no processo de prospecção de novas áreas. O Sr. Felipe informa que a bacia  
87 é muito grande e a única maneira que se tem de escolher quais áreas se deve visitar e restaurar é fazendo  
88 o estudo, que é imparcial, e que o escalonamento irá ditar qual é a prioridade da prioridade. O Sr. Marcos  
89 Sugere que no próximo edital se coloque um recorte maior e grupos de prioridades 1, 2 e 3 e que dentro  
90 desses grupos deve existir pequenas áreas com prioridade maior, colocando um prazo para tal, afirmando  
91 também que caso a Renova não consiga avançar nessa proposta que se utilize a proposta anterior. O Sr.  
92 Luciano solicita a apresentação de uma nova apresentação com as modificações propostas na NT e o Sr.  
93 Felipe informou que irá pressionar as universidades para entregar o novo documento para manifestação  
94 da CT até 15 dias após o recebimento da NT. **O Sr. Lucas informou que os mapas e tabelas do P4 serão**  
95 **entregues até o dia 14/12 e o relatório final até o dia 20/12.**

96

97 Ainda em relação ao GT Indicadores, o Sr. Luciano informou que finalizou a análise da AA1, e sobre os  
98 40000 ha, faltam capítulos a serem desenvolvidos, uma vez que é um programa bastante complexo.  
99 Informou que a questão de pesquisa de metodologias a serem utilizadas está sendo estudada, relatando  
100 que existem alguns pontos que ainda devem ser estudados e a intenção era apresentar esses documentos,  
101 mas não finalizou as análises.

102  
103 Em relação as tratativas para o cumprimento das cláusulas 158 e 160 do TTAC, o Sr. Lucas indagou aos  
104 membros da CT-FLOR sobre a análise do relatório de Monitoramento das Intervenções Prioritárias,  
105 encaminhado pela Renova contendo resultados a respeito dos indicadores de efetividade definidos no  
106 Programa de Recuperação da Área Ambiental 1. A Sra. Maria Augusta, representante da EY, relatou que  
107 quem define o cumprimento da cláusula é o CIF, mas que a EY apresenta uma declaração após analisar  
108 todos os documentos, relatórios e notas fiscais das evidências de cumprimento ou não, orientando o CIF  
109 a acatar ou não o cumprimento da cláusula. O Sr. Luciano informou que o relatório de cumprimento das  
110 cláusulas foi enviado ao CIF no início do mês de novembro de 2018 para ser repassado para a Ramboll e  
111 EY para análise, entretanto não havia um parecer até a data da reunião. Em virtude da necessidade de  
112 tratativas para este tema, o Sr. Leonardo solicitou a inclusão desta pauta de forma fixa nas reuniões da  
113 CT-FLOR, a fim de viabilizar um enfoque neste assunto. O Sr. Lucas ficou responsável por enviar um e-mail  
114 para a CTFLOr solicitando uma abertura de agenda para discussão do tema em questão. A Sra. Maria  
115 Augusta informou que a EY não recebeu o arquivo, mas que a CT pode provocar que entendeu o  
116 cumprimento de cláusula, relatou ainda que a Ramboll e Lactec receberam o arquivo mas não entenderam  
117 que ele é adequado para demonstrar o cumprimento da cláusula.

118  
119 Em relação ao detalhamento das áreas de recarga, o Sr. Marcos solicitou ao Sr. Felipe que realizasse uma  
120 apresentação para os membros da CTFLOr dessas áreas, uma vez que a apresentação realizada  
121 anteriormente em um seminário em Colatina foi bastante rica e interessante. O Sr. Felipe apresenta o  
122 fluxograma dessas áreas, mostra as unidades de trabalho oferecidas pelo produtor, informa que as APP's  
123 hídricas necessitam de um trabalho de campo e que as APP's de nascente excluem as áreas que não são  
124 de nascente. Apresenta os mapas das nascentes em 3D com os pixels de direção da água no relevo  
125 apresentado. Apresenta também os resultados com e sem AS BUILT e o total de áreas com os hectares  
126 qualificados e não qualificados. Para concluir, relata que esse estudo fica claro que a porcentagem 65/35  
127 se inviabiliza e vai na contramão do trabalho de engajamento que se faz com o produtor rural, e de fato  
128 todas as áreas têm contribuição, e se existe contribuição o proprietário deve receber o PSA. O Sr. Marcos  
129 informa que com base nos dados apresentados pode se rever a análise, pois anteriormente as  
130 informações apresentadas não estavam disponíveis, para que as áreas que forem qualificadas pelos  
131 critérios sejam atendidas. O Sr. José Carlos relata que agora a qualificação é feita com base na produção  
132 de água, solo e biodiversidade, uma combinação ótima para a restauração. O Sr. Felipe relata que o estudo  
133 de priorização já traz as informações sobrepostas e que as áreas que forem escolhidas daqui para frente  
134 já são englobadas nesse estudo, mostrando que o estudo piloto está funcionando e seguindo na definição  
135 do programa.

136  
137 Em relação ao GT responsável por tratar da ATER, o Sr. Marcos informa a necessidade da criação desse  
138 GT, informando que enviará e-mail consultando os membros, mas que a princípio os membros serão:  
139 Marcos Sossai, Thiago Gelape, e possivelmente Luciane Teixeira. O ponto focal da Fundação Renova nesse  
140 GT será o Sr. Felipe Tieppo. **A Renova deve enviar um e-mail propondo um calendário para as atividades  
141 do GT em 2019.**

142  
143 Em relação ao Calendário das reuniões da CTFLOr em 2019, os membros discutiram e as datas foram  
144 escolhidas baseadas nos dias das reuniões do CIF, para se ter o prazo de 20 dias com folga para envio dos  
145 documentos. O calendário ficou pronto e será enviado para conhecimento dos membros por e-mail.

146  
147  
148  
149

**ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

<b>Encaminhamento</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
<b>Redigir uma NT ressaltando o conflito com a Deliberação 223, referente à questão do SAF</b>	<b>Luciano Faria</b>	<b>-</b>
<b>Os mapas e tabelas do P4 serão entregues até o dia 14/12.</b>	<b>Renova</b>	<b>14/12</b>
<b>O relatório final do P4 será entregue até o dia 20/12.</b>	<b>Renova</b>	<b>20/11</b>
<b>A Renova deve enviar um e-mail propondo um calendário para as atividades do GT em 2019.</b>	<b>Renova</b>	<b>-</b>

150